



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO

ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 07/2023 – TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n. 0001831-74.2019.4.01.8012)

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A BRIGADA DE INCÊNDIO DA SJRO E SSJS

1. DA INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei n. 8.666/93, no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, no artigo 8º, inciso II, do Decreto n. 10.024/2019, bem como o disposto no Decreto n. 7.892/2013, foi elaborado o presente Termo de Referência que, através do procedimento legal pertinente, seja formalizado Registro de Preços, com vistas a eventual aquisição de materiais e equipamentos para atendimento das necessidades da Brigada de Incêndio na sede da Seção Judiciária da Justiça Federal em Rondônia - JF/SJRO e Subseções vinculadas, pelo prazo de 12 (doze) meses.

2. DO OBJETO

2.1. Formação de registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de materiais e equipamentos para atendimento das necessidades da Brigada de Incêndio na sede da Seção Judiciária da Justiça Federal em Rondônia e Subseções vinculadas de Ji-Paraná e Vilhena, conforme especificações, detalhes e quantidades máximas abaixo:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO EQUIPAMENTO DE USO COLETIVO	UNIDADE	QUANTIDADE A SER REGISTRADA
	01	Prancha de imobilização em polietileno, com aberturas para utilização do cinto aranha e imobilizador de cabeça como acessórios. Rígida, leve e confortável. Com pegadores amplos para facilitar o uso de luvas, design em ângulo para melhor acomodação do paciente. 100% transparente para o uso em Raio-X; com aberturas específicas para imobilização, possibilita o resgate na água. Feita em polietileno com ótima resistência ao impacto. Projetada para o transporte manual de vítimas de acidentes; dimensionada para suportar vítimas com peso até 180 Kg; Cor: Amarela. A Prancha de Imobilização deverá possuir aberturas específicas para utilização do cinto de segurança estilo aranha e imobilizador de nuca e cabeça. Dimensões: - Comprimento aberta: 1830 mm; - Largura aberta: 440 mm;- Altura máxima: 65 mm; - Peso líquido: 8,5 Kg; - Peso bruto com embalagem: 9,0 Kg; - Capacidade de carga: 180 Kg; - Dimensão da embalagem: 1,85 x 0,46 x 0,08 m; volume da embalagem: 0,07 m³.	unidade	04

01	02	Cinto Tirante aranha para prancha de resgate, modelo adulto. Confeccionado em fitas de poliamida 100% preta e colorida em 50 mm de largura; Fecho de regulagem em velcro e regulador plástico preto; para colocação em prancha rígida onde fixará a vítima a ser socorrida ou transportada da melhor forma possível. Composição: e principal de cor preta, de aproximadamente 1,15 m de comprimento, com sistema em "V" e altura regulável em 10 cm aproximadamente. Adaptável para prancha rígida; - 3 tirantes transversais em diversas cores, regulável em suas alturas em velcro e regulador plástico. Cores dos cintos transversais e suas medidas de comprimento aproximadamente; - Superior: Verde - 1,30 m; - Meio: Vermelho - 1,30 m; - Inferior: Amarelo – 0,90 m. Observação: O Tirante Aranha deverá ser adequado as especificações do item 01 (Prancha de imobilização).	unidade	04
	03	Imobilizador de nuca e cabeça. Confeccionado em duas partes: a primeira e a dos blocos e a segunda é da base; Material composto de: copolímero de etil vinil acetado, macio, impermeável, lavável, utilizado em conjunto com prancha longa, com fixador exclusivo na região frontal e mentoniana com regulagem em velcro anatômico, base com regulagem, imobilização de adulto, cor: Amarelo; Tirante: Preto. Dimensões: 40 x 26 x 02 cm; O Tirante Aranha deverá ser adequado as especificações do item 01 (Prancha de Imobilização).	unidade	04
02	04	Tesoura Corta Vergalhão com lâminas em aço especial temperado e revestido em corpo de ferro fundido nodular, de 24 polegadas.	unidade	04
	05	Cortador de anel Confeccionado em aço polido inoxidável, para remoção de anéis, alianças ou outros ornamentos para os dedos com alavanca de segurança, com lamina de corte giratória	unidade	04
03	06	Lanterna farolete "recarregável", tecnologia LED 1W, com um feixe de Luz intenso e brilhante, carregável nas duas voltagens 110v e 220 V, bateria recarregável de alta duração, 80 lúmens de intensidade, carcaça resistente, resistente a umidade, com até 4 horas de uso contínuo, com cordão para transporte.	unidade	04
	07	Alto falante (megafone) portátil com sirene e gravador de voz, com Bateria interna recarregável - Bivolt 110 e 220 Volts; Função Amplificador de voz / Gravação / Reprodução; Controle de volume: Ajuste de modo manual; Cabo retrátil e com alça; Material: Plástico; Potência: no mínimo 35W; Alcance: +/- 600mt;	unidade	04

	08	Lanterna de cabeça "recarregável" multifeixes, com alcance até 15 m p/trabalho manual e autonomia até 12 horas, alcance até 30 m p/trabalho progressão e autonomia até 6 horas e alcance até 75 m p/trabalho de longo alcance e autonomia até 3 horas. Funciona através de carregador de corrente.	unidade	06
04	09	Kit de talas moldável anatômica lavável todos os tamanhos, confeccionado em material metálico recoberto por material anatômico que permita a moldagem de acordo com a lesão, bolsa contendo duas unidades dos seguintes tamanhos: 15 cm x 8 cm, 30 cm x 08 cm, 53 cm x 08 cm, 63 cm x 09 cm, 86 cm x 10 cm.	kit	04
	10	Reanimador Manual - Adulto (Ambu), em silicone, composto de máscara e bolsa, reservatório de oxigênio, resistente a métodos de desinfecção acondicionado em bolsa fechada com zíper	unidade	04
	11	Colar cervical de resgate 4 x 1 - "regulável", confeccionado em polipropileno, com medidor de mensuração, sem emendas, nem presença de metais condutivos, apresenta baixo peso e propriedades, rádio luminescentes, suporte adaptável a qualquer forma a tamanho de mandíbula, com abertura lateral que permitam maior conforto e ventilação ao paciente; Regulagem de altura com 4 níveis de ajuste (PP/P/M e G); serve para imobilização cervical, emergências médicas, resgate, etc.	unidade	04
<p style="text-align: center;">ESPECIFICAÇÃO</p> <p style="text-align: center;">EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI</p>				
	12	Mascara semi-facial, com 02 filtros mecânicos, tamanho único, confeccionado em elastômero na cor laranja, com borda interna; Nas laterais do corpo da peça, estão localizadas duas aberturas, uma de cada lado, nas quais são encaixados 02 (dois) dispositivos plásticos na cor preta, dotados de 01 (uma) válvula de inalação em sua parte traseira e de um sistema de encaixe tipo baioneta em sua parte dianteira, onde são fixados os filtros químicos ou a base de fixação para utilização dos filtros mecânicos. Ref.: Lumatox 720; 1) Filtro químico classe 1 – contra vapores orgânicos contra gases ácidos contra vapores orgânicos e gases ácidos contra formaldeído contra amônia e matilaminas; 2) Filtros mecânicos P1 e P2 – filtros classe P1, contra poeiras e névoas, filtros classe P2 contra poeiras, névoas e fumos.	unidade	07
	13	Coturno em couro nobuck hidrofugado, tecido sintético, colarinho e língua em couro vestuário com cordura água repelente, em tecido poliéster 100% impermeável. Forração Interna: com rápida dispersão de umidade. Solado: plano em borracha e plataforma de EVA, com isolamento térmico e elétrico mínimo de 500v e com certificado de aprovação do Ministério do Trabalho e do Emprego (C.A). Tamanho a definir no pedido.	par	07

05	14	Luvas de proteção para temperaturas, produtos líquidos e abrasivos. TAM: U Couro vaqueta punho em multicamadas de malha de aramida. Resistente à temperatura de até 250°C.	par	07
	15	Óculos de proteção individual, lente Incolor; Óculos em peça única de policarbonato óptico virgem com tratamento anti-riscos; resistente a impactos e choques físicos; Visor curvo para proteção lateral; Arco superior e hastes com revestimento de borracha macia para maior conforto; Hastes reguláveis em comprimento e em ângulo, ideal para proporcionar o melhor ajuste à face do usuário e com ante embaçante.	unidade	07
	16	Capuz de segurança tipo BALACLAVA - TAM: U Malha de para-aramida. Resistente à temperatura de até 300°C.	unidade	07
	17	Luva de proteção profissional "vaqueta". Luva de Segurança modelo 5 dedos confeccionada em Couro de Raspa do tipo Groupon na cor natural, com punho e dorso em nylon na cor laranja. Possui reforço externo na palma em couro de vaqueta, reforço interno em couro de raspa nas pontas dos dedos e reforço externo em couro de raspa nas pontas dos dedos; Punho com 9 cm de comprimento com elástico para melhor fixação; Tamanho a definir do pedido.	par	07
06	18	Bolsa modelo RG 100 - confeccionada em nylon reforçado, destinada para acondicionar materiais de primeiros socorros. possui várias repartições com velcro, modelo dotada de alça de ombro e pode ser usada como mochila também. emergência medico pré-hospitalar, resistente a água externamente, com abertura completa 180° (cento e oitenta graus), fecho em zíper duplo, resistente, com divisões internas para guarda de materiais, fixadores de velcro e kit de primeiros socorros. Cor vermelha. Medidas mínimas do corpo principal 55cm X 31,5 cm X 33 cm. Volume total: a partir de 35 litros	unidade	04

19	Capacete de resgate, com cinta de queixo forte, aberturas de ventilação com ajustáveis estores deslizantes que permitem a circulação de ar no capacete quando necessário, sistema de ajuste CenterFit ajusta a cabeça e mantém centrada na cabeça, projetado para otimizar a aceitar proteção auditiva, seis-ponto sistema de suspensão de membranas em conformidade com a forma da cabeça para melhorar o conforto, absorção de choque atingido através da deformação do invólucro exterior, orifícios de ventilação com venezianas de correr permitem a ventilação para ser ajustada conforme necessário de fora, ranhuras laterais para proteção auditiva montagem, pastilhas para aceitar uma viseira, Slot para montagem Pixa farol, quatro cliques para a montagem de um farol com uma faixa de cabeça elástica, correia de queixo concebida para limitar o risco de perder o capacete durante uma queda, duas espessuras de faixas de espuma Resistência: Superior a 50 daN; Cor: Vermelho; Especificações: Peso: 455 g; Mínima circunferência da cabeça: 53 centímetros; Máxima circunferência da cabeça: 63 centímetros; Garantia: 3 anos; Certificação (s): CE EN 12492 – UIAA; ANSI Z89.1-2009 Tipo I Classe C; Atende aos requisitos da EN 397 e EN 12492 padrões de proteção contra impacto; Satisfaz requisitos opcionais da norma EN 397 sobre deformação lateral e usar em temperaturas frias. Referências: A10VNA (preto); A10VRA (vermelho); A10VYA (amarelo).	unidade	07
----	--	---------	----

ESPECIFICAÇÃO
MATERIAL DE CONSUMO

20	Gaze de algodão 08 dobras (7,50cm x 70,50 cm) pacote com 50 unidades	pacote	20
21	Compressa de Gaze esterilizadas (10 cm x 15 cm), pacote com 50 unidades - Utilizada em curativos para conter sangramentos leves e proteger ferimentos maiores devido ao tamanho.	pacote	20
22	Compressas de Gaze não aderente, estéril, composta de gaze 100% algodão, (40 cm x 10 cm), confeccionada em tecido tipo tela que permite a drenagem de exsudatos. Mas prática e higiênica, seu uso é indicado para peles descamativas, vulneráveis às lesões; lesões superficiais de queimaduras, úlceras cutâneas, úlcera por pressão, áreas doadoras e receptoras de enxerto, abrasões, lacerações e demais lesões com necessidade da não aderência do curativo à lesão, em casos de queimaduras e abrasões onde não adere a pele evitando que o curativo fique colado no ferimento. Pacotes com 10 unidades	pacote	20
23	Ataduras de Crepe de 20cm de largura X 1,8 metros de comprimento- Servem para imobilizar e fixar curativos e talas.	rolo	20
24	Ataduras de Crepe de 10cm de largura X 1,8 metros de comprimento- Servem para imobilizar e fixar curativos e talas.	rolo	20
25	Fita adesiva (crepe) de 25mm X 50 metros	rolo	20

07	26	Bandagens triangulares (142cm x 100cm x 100cm), em algodão - Destinado ao uso em resgate de acidentados, podendo ser usado de formas "mil", nos membros inferiores e superiores, com imobilização precária, diminuindo o sangramento, facilitando o transporte da vítima ao hospital mais próximo, após as imobilizações de socorro.	unidade	20
	27	Máscara facial em TNT com elástico duplo descartável - embalagem com 100 unidades	caixa	04
	28	Luva de procedimento cirúrgico descartável em látex, tamanho médio, caixa c/ 100 unidades - Usadas para proteção individual do socorrista contra sangue e secreções potencialmente infectadas.	caixa	07
	29	Luva de procedimento cirúrgico descartável em látex, tamanho grande, caixa c/ 100 unidades - Usadas para proteção individual do socorrista contra sangue e secreções potencialmente infectadas.	caixa	07
	30	Sachês de toalhas antissépticas umedecidas em Álcool Isopropílico 70%, tamanho aproximado de 20x13cm (podendo variar 2cm para mais ou para menos) – Usado para a limpeza das mãos do socorrista. Caixa com 100 unidades	caixa	07
	31	Espátulas de madeira hospitalar (abaixador de língua) descartável, para exames clínicos, medindo aproximadamente 14 cm de comprimento, superfície e bordas lisa - Pacote com 100 unidades	pacote	04
08	32	Seringa de 20ml de uso único, estéril e apirrogênico, com bico Luer Slip, embaladas e acondicionadas individualmente, transparente, atóxica – Utilizada para irrigação, aspiração, extração e injetar fluidos, bem como a limpeza do ferimento.	unidade	20
	33	Pinça Dente de Rato com dentes 14cm	unidade	07
	34	Tesoura de ponta romba (tesoura de paramédico), tamanho 18cm, em aço e cabo de plástico, cor preta – Usada para cortar roupas e outros materiais, ponta romba com protetor para não lesar a pele durante o procedimento. Curvatura que facilita o corte agilizando o processo.	unidade	04
	35	Manta aluminizada (cobertor térmico de emergência), confeccionada em polietileno aluminizado destinada a manter a vítima aquecida; - Não deformável; Isolante térmico de baixo peso; Resistente ao atrito com o solo; Mantém o calor interno e reflete o calor externo; - Tamanho aproximado de 2,10 x 1,40m; Proteção em casos de Hipotermia também pode ser usado para se proteger do sol.	unidade	10
	36	Plástico protetor de queimaduras e eviscerações (50cm x 50cm) - Utilizado no primeiro atendimento de vítimas de queimaduras ou eviscerações, isolando de maneira eficaz os órgãos expostos evitando seu ressecamento e prevenindo infecções ou protegendo tecidos queimados do meio ambiente.	unidade	10
	37	Soro fisiológico de 500 ml – para higienização de locais afetados por lesões e/ou queimaduras.	unidade	10

09	38	Termômetro clínico a laser digital infravermelho adulto e infantil; Tempo máximo para medição: 5 segundos; Desligamento automático da bateria: 7 segundos; Alimentação: Pilha / Bateria; Temperatura Relativa: 90%; Resolução mínima: 0,1 °C; Precisão: $\pm 0,1$ °C ; Faixa de medição: 32,0 a 43,0 °C (90 a 109 °F); Erro máximo: 0,3°C- Distância ideal para medidas: 5 cm a 15 cm	unidade	05
	39	Lanterna clínica para avaliação pupilar, tom de luz amarelado, cor preta, com clipe de bolso - Serve para avaliação de reflexos da pupila e exames clínicos. Deverá possuir as seguintes características mínimas: - Material: liga aeroespacial de alumínio anodizado; - Lâmpada: Led de 3V; - Cor da lâmpada: amarela; - Vida útil do Led: mais de 10.000 horas; - Possuir clipe de bolso; - Dimensões aproximadas: 14x1,2 cm (Cx D); - Alimentação: 02 pilhas alcalinas tipo AAA.	unidade	05
	40	Estetoscópio adulto duplo, tubos em PVC, diafragma mínimo 44mm, que propagam melhor o som, auscultador em aço inox com diafragma de alta sensibilidade. Aprovado pelo Inmetro.	unidade	03
	41	Esfigmomanômetro - Aparelho de pressão digital de braço semi-automático, serve para medir pressão arterial sistólica e diastólica, bem como do pulso, por meio do método oscilométrico de medição. Método de Medição: Oscilométrico; Medição de pressão arterial e batimentos cardíacos; Memória da última medição; Indicador de carga de bateria; Tamanho do display: 7,5 (C) x 7 (L) cm; Tempo de espera para resultado: Máximo 60 segundos; Desligamento automático: 1 minuto após última operação; Alimentação: 4 pilhas pequenas tipo AA de 1,5v cada; Tipo de fecho: Velcro; Tamanho da braçadeira: 50,0 \pm 5cm (C) x 15 \pm 3cm (L) (para circunferência de braço: 22 a 32cm); Para inflar: Manual (através do uso da pêra); Para desinflar: Manual (através do uso de válvula de exaustão rápida do ar). Itens inclusos: 1 Monitor automático modelo BP3ABO-H 1 Braçadeira para circunferências de braço de 22-32cm 1 Manual de instruções 4 Baterias do tipo AA. Modelo de referência: Aparelho de Pressão Digital de Braço Semi-Automático BP3ABO G-Tech ou equivalente.	unidade	05
10	42	Cânulas orofaríngeas ou Cânula de Guedel descartável em PVC flexível, polipropileno, kit de 0 a 5 - Tem como função manter a língua distante da parede posterior da faringe ou proteger o tubo endotraqueal da compressão dos dentes, acessório para oxigenoterapia, equipamentos de anestesia, ventilação mecânica, aspiradores cirúrgicos, bombas de infusão, gases especiais, home care, máscara, monitoração, oximetria, odontologia, veterinária, U.T.I. e recuperação	kit	10

	43	Mascara para RCP - Ressuscitador Córdio-Pulmonar-de bolso descartável, com válvula de segurança contra refluxo, que impede o retorno de ar e contato direto com a vítima, evitando assim risco de contaminação no momento do procedimento de respiração boca-a-boca.– Funciona como barreira de proteção individual do socorrista durante as respirações de resgate e auxilia na ventilação da vitima. Confeccionada em material plastificado; Tamanho único.	unidade	20
-	44	Desfibrilador Externo Automático – DEA – equipamento portátil, adaptável a pacientes adultos e pediátricos, com onda bifásica. Alça para transporte. Orientações e comandos em tempo real por voz e visuais exibido no equipamento. Peso máximo de 2 kg com bateria e todos os acessórios. Deve permitir análise automática do ECG e gravação dos eventos, inclusive de auto-testes. Carga adulta com escala de até 200 joules e 50 joules para pediátrica. Tempo de carga para 150J menor que 4 segundos. Dispositivo através de tecla dedicada ou chave para limitação da carga para paciente pediátrico sem necessidade da troca das pás adulta. Alimentação: Bateria com autonomia recarregável de no mínima de 200 choques. Indicação o nível de bateria e permitir a seleção de carga. Grau de proteção mínima de IP54. Proteção contra queda e vibração. Acabamento emborrachado para segurança do equipamento. Acessórios: 02 jogos de pás adesivas adultas com validade no ato da entrega de no mínimo 02 anos, bateria com autonomia mínima de 200 choques sem a necessidade de troca ou recarga, bolsa de transporte cochada e resistente. Equipamento com registro na ANVISA e garantia mínima de 12 meses.	unidade	04

2.2. A empresa licitante deverá informar, necessariamente, MARCA e MODELO do produto ofertado. Em relação aos produtos para a saúde, assim definidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC - nº 185/2001, o equipamento/material deverá possuir certificação do INMETRO e registro na ANVISA.

2.3. No caso de eventuais divergências entre a descrição do material neste instrumento e no respectivo código do Catálogo de Matérias (CATMAT) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalece a descrição estabelecida neste Termo de Referência.

2.4. O quantitativo a ser registrado não vincula a Administração à sua aquisição total, o que ocorrerá de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária.

2.5. A garantia do objeto ofertada pela empresa CONTRATADA para os equipamentos e bens duráveis deverá ser de no mínimo de 12 (doze) meses, caso não seja especificado no item prazo superior, contados a partir do RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto.

2.6. Para os materiais de consumo, o prazo de validade remanescente deverá ser de 12 (dozes) meses, caso não seja especificado no item prazo superior, contados a partir do RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A Resolução nº 502/2018 do CJF, de 8 de novembro de 2018, que dispõe sobre a Política de Segurança Institucional no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, apresenta em meio às suas diretrizes a busca permanente pela qualidade e eficiência nas atividades de

Segurança Institucional da Justiça Federal, tendo esta como missão precípua preservar a segurança de pessoas, áreas, instalações, documentos, materiais e sistemas de informações do órgão, com finalidade de garantir o pleno exercício de suas funções e uma efetiva prestação jurisdicional.

3.2. A Brigada de Incêndio para atuação na sede da JF-SJRO suas Subseções vinculadas foi criada através da Portaria SJRO-DIREF- 9330589, cabendo a esta, entre outras atribuições, ações de emergência na prestação de primeiros socorros e combate a princípios de incêndio.

3.3. A aquisição pretendia tem por justificativa prover os brigadistas da JF/SJRO de meios necessários ao desempenho de suas atribuições, com a finalidade de:

3.3.1. Garantir a segurança dos usuários das instalações da JF/SJRO, magistrados, servidores, estagiários, prestadores de serviço e público externo, através do pronto atendimento em situações que exijam a atuação da brigada no combate a incêndio, abandono de área e prestação de primeiros socorros em casos de urgência e emergência;

3.3.2. Proteger o patrimônio, de modo a reduzir as consequências sociais em eventuais sinistros, bem como os danos ao patrimônio público e ao meio ambiente.

3.4. Desta forma, é necessário equipar a Seção de Segurança Vigilância e Transporte - SEVIT da JF/SJRO com materiais e acessórios adequados ao desempenho das funções do futuro Coordenador Geral de Brigada e seu substituto, na sede da SJRO, bem como também os futuros Chefes de Brigada e seus Substitutos nas subseções de Ji-Paraná e Vilhena.

3.5. Os quantitativos foram determinados considerando o número total de servidores que deverão ser designados para as funções de Coordenador Geral de Brigada e seu substituto, na sede da SJRO, e Chefes de Brigada e seus substitutos nas Subseções vinculadas, bem como uma reserva técnica de 20% (vinte por cento) para cobrir situações imprevistas, conforme definições constante no item V do Estudo Técnico Preliminar.

3.6. A presente demanda foi objeto do Estudo Técnico Preliminar (13674924), elaborado pela comissão especial designada na Portaria SJRO SECAD n. 11061770.

3.7. A maioria dos itens foram agrupados em lotes em razão do custo de gerenciamento de muitos contratos de fornecimento. Além disso, o pequeno valor de alguns dos itens tornaria o certame menos interessante aos fornecedores. O agrupamento aumenta a competição e reduz os custos de transporte. Os agrupamentos respeitaram os gêneros e tipos dos materiais, em razão da possibilidade de alguns fornecedores trabalharem com determinados gêneros de materiais.

3.8. Portanto, a formação dos grupos em lotes neste instrumento foi definida com observância a não restrição de participação dos licitantes, com estímulo a concorrência e disputa dos grupos no momento do certame.

3.9. Por fim, justifica-se a presente contratação com uso de agrupamento de alguns itens pelas razões estritas abaixo:

- a. as quantidades mínimas a serem adquiridas para cada item são consideradas baixas, o que pode gerar desinteresse na participação de alguns licitantes, por gerar custos extras as empresas;
- b. o agrupamento de itens em grupos gera maior interesse na participação dos licitantes e garante para a Administração uma maior disputa entre os lotes, já que o futuro contratado terá garantida a entrega mínima de cada item do lote por pedido;
- c. o agrupamento de itens também possibilita a redução dos custos unitários e custos de transporte, visto que aquisição será realizada por lotes de materiais, o que proporcionará economia de escala ao órgão contratante;
- d. propiciará à Administração a redução no gerenciamento do número de Atas e empenhos que com o agrupamento reduzirá o custo administrativo de todo o processo de contratação e gestão, maximizando a eficiência da gestão dos recursos públicos;

3.10. Tal diretiva vai também ao encontro dos entendimentos recentes do TCU, que ao proferir o Acórdão n. 861/2013-Plenário, a Relatora sustentou os seguintes argumentos para o agrupamento de itens em lotes:

“lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de

todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos”. E mais: “O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”

3.11. Desta forma, o próprio TCU reconhece que o loteamento de itens é perfeitamente justificável quando se busca promover a economia de escala e a eficiência da gestão dos contratos administrativos no setor público, quando preenchido os requisitos legais e se verifica que não haverá restrições de participações no certame.

3.12. Ademais, para o agrupamento de itens foi observado os tipos, natureza e quantidades, de acordo com a prática do mercado, de forma a não restringir a participação de licitantes e promover a intensa disputa aos lotes.

3.13. Por fim, esta contratação está alinhada com o Plano Anual de Contratação – PAC 2023 (17056872), autorizado por meio da Portaria SJRO-DIREF 259/2022 (17168224).

4. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO: DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1.1. Sugerimos a realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, haja vista que a contratação se enquadra nas hipóteses do art. 3º, inciso IV do Decreto nº 7.892/2013, visto a dificuldade de se definir o quantitativo ideal a ser adquirido, e sendo possível surgirem necessidades de pedidos posteriores.

4.1.2. Ademais, a formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa reservar os créditos orçamentários para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.

4.1.3. Os materiais pretendidos para registro de preços são considerados como bens comuns, usualmente fabricados ou importados e comercializados pelo país.

4.1.4. Atualmente não há registro de preços vigente nesta Administração para eventual aquisição dos materiais em questão.

4.2. DO REGISTRO DE “IRP”

4.2.1. Nos termos do §1º do art. 4º do Decreto 7.892/2013, é inviável a divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP em face da inviabilidade operacional para participação de outros órgãos, bem assim em razão da inexistência de norma complementar para regulamentar o procedimento.

4.3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME

4.3.1. Não serão autorizadas adesões às Atas de Registro de Preços decorrentes deste certame licitatório.

5. DOS CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

5.1. Os materiais que compõem o objeto do presente termo de referência podem ser classificados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

5.2. Na elaboração da proposta, deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de entrega dos materiais e equipamentos a serem adquiridos, como tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrente.

5.3. Em caso de dúvidas quanto ao produto ofertado, o pregoeiro solicitará prospecto e catálogos oficiais do produto, assinalando prazo para o envio pelo sistema, sob pena de recusa da proposta, bem como

poderá solicitar a indicação dos sítios na internet dos fabricantes/importadores dos produtos.

5.4. Para a formulação da proposta, os licitantes deverão ofertar o valor unitário e total para o item e/ou lote.

5.5. Sagrar-se-á(ão) vencedor(es) do certame o(s) licitante(s) que ofertar(em) o MENOR VALOR TOTAL DO ITEM E DO LOTE, conforme o caso observando os valores estimados pela Administração para cada material e equipamento.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO

6.1. Para participação no certame e posterior contratação, a licitante deverá possuir regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, além de certidão negativa junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

6.2. As licitantes também não poderão estar impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, nem ter sido declaradas inidôneas ou suspensas temporariamente de licitar com a Justiça Federal.

7. DA EXIGÊNCIAS DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

7.1. Considerando que se trata de aquisição e entrega de bens comuns de mercado, sem demais exigências legais e específicas para o cumprimento do objeto, NÃO será exigido atestado de capacidade técnica.

8. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

- a. O valor total estimado do lote e/ou do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto.
- b. A proposta deverá informar, a MARCA e o MODELO do objeto ofertado.
- c. Em caso de dúvidas quanto ao produto ofertado, o pregoeiro solicitará prospecto e catálogos oficiais do produto, assinalando prazo para o envio pelo sistema, sob pena de recusa da proposta, bem como poderá solicitar a indicação dos sítios na internet dos fabricantes/importadores dos produtos.
- d. Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às garantias e deverão conter as respectivas especificações técnicas e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).
- e. Não serão aceitos materiais que tenham sido objeto de quaisquer processos de condicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.
- f. O período de garantia será contado a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO. O prazo de garantia deverá observar os itens 2.5 e 2.6 deste instrumento.

9. DOS PRAZOS DE REGISTRO DE PREÇOS E ENTREGA DOS MATERIAIS

9.1. O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

9.1.1. As quantidades registradas são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se à Administração o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir algum item especificado.

9.2. O prazo de entrega dos materiais será de até 30 (vinte) dias corridos, contados a partir da comprovação do recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.

10. DA NOTA DE EMPENHO

10.1. Após a lavratura da Ata de Registro de Preços, a relação contratual de fornecimento, no caso do presente Termo de Referência, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93, efetivando-se a mesma no ato do recebimento do referido instrumento pela compromissária, ocasião em que esta assume o status de CONTRATADA.

10.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a compromissária deverá estar regular junto ao SICAF ou apresentar comprovante de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST), além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

10.3. A relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002, e subsidiariamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

11. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

11.1. Os materiais deverão ser entregues no prédio sede da Seção Judiciária da Justiça Federal em Rondônia - SJRO, localizado na Av. Presidente Dutra, n. 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP: 76.805-902, em dias de expediente, nos horários de 9h a 17h.

11.2. Os materiais serão recebidos por servidores da CONTRATANTE, designados através de Ordem de Serviço pelo Diretor do Foro da SJRO.

11.3. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais até as dependências da CONTRATANTE é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

11.4. O objeto dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, pela Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO, após conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado.

11.5. Não serão recebidos materiais e equipamentos com marca e modelo diversos da apresentada na proposta da CONTRATADA no certame.

11.6. Após o recebimento provisório do material, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será realizado o RECEBIMENTO DEFINITIVO, com ateste na Nota Fiscal Eletrônica pelo Supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO, caso os materiais e equipamentos entregues estejam em conformidade com as especificações contidas no edital da licitação e na proposta da CONTRATADA.

11.7. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o material deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 10 (dez) dias corridos, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao material e equipamento encaminhado pela CONTRATADA em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito.

11.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material e equipamento.

11.9. Caso o fornecedor não efetue a entrega no prazo de 30 (trinta) dias, poderá a Administração decidir por manter o contrato, sem prejuízo das sanções cabíveis, desde que o fornecedor comprove por meio idôneo que fará ou fez o envio do(s) equipamento(s), ainda, poderá de forma motivada decidir pela rescisão contratual, garantindo em qualquer caso o contraditório e ampla defesa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 Caberá à CONTRATANTE:

- a. Requisitar o fornecimento dos materiais mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa à compromissária da Ata de Registro de Preços. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo nesta Seccional e recursos orçamentários disponíveis;
- b. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais entregues por meio do gestor da Ata de Registro de Preços;
- c. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo gestor da Ata de Registro de Preços, do qual deverá consignar a razão da recusa dos materiais;
- d. Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao mesmo;
- e. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
- f. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- g. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- h. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações e repactuações;

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Caberá à CONTRATADA:

- a. Receber a nota de empenho enviada pelo gestor da Ata de Registro de Preços, por meio físico ou eletrônico, consignando a data de recebimento e responsável, no prazo de até 02 (dois) dias após a remessa;
- b. Entregar os materiais no prazo estipulado neste instrumento, acompanhada da nota fiscal;
- c. Substituir os materiais recusados no prazo estipulado neste instrumento;
- d. Comunicar ao gestor da Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- e. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- f. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega dos materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- g. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do contrato;
- h. Manter, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14. DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado através de depósito em conta-corrente da CONTRATADA, mediante apresentação da Nota Fiscal, até o 10º (décimo) dia útil após o ateste da referida Nota Fiscal, pelo Gestor da Ata de Registro de Preços.

14.2. O recebimento e a aceitação dos materiais serão atestados pelo gestor da Ata de Registro de Preços, no corpo da nota fiscal (verso ou anverso), ou através de certidão avulsa, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

14.3. No texto da Nota Fiscal ou DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a. descrição do material entregue, com sua quantidade, valor unitário e total;
- b. o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho;
- c. nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito; e
- d. informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1.244/12.

14.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras.

14.5. Para fins de pagamento consultar-se-á *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou se verificará a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, a CONTRATADA será informada para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pela Administração, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo de já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

14.7. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

14.8. A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

14.9. Ficam sob inteira responsabilidade da contratada os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

14.10. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal do Brasil, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Sujeitam-se às penalidades descritas nesta seção, decorrentes das sanções administrativas previstas

na Lei n. 8.666/93, arts. 86 e 87, na Lei n. 10.520/02, art. 7º, e no Decreto n. 10.024/2019, art. 49, o compromissário ou a CONTRATADA em decorrência do futuro contrato, que incidir em:

- a. recusa em aceitar ou assinar o contrato;
- b. atraso na execução do contrato;
- c. inexecução parcial ou total do contrato;
- d. apresentar documentação falsa;
- e. falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude durante a execução do contrato;
- f. cometer fraude fiscal;
- g. não manter, no momento da emissão da Nota de Empenho, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

15.2. Recusa em aceitar o contrato é a recusa em receber a nota de empenho. Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor a ser empenhado e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

15.3. Atraso na execução do contrato relativo à entrega/substituição dos materiais. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor empenhado em atraso, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

15.4. Atraso na execução do contrato relativo à entrega de material superior a 20 (vinte) dias corridos em que a Administração decida por manter o contrato. Pena: multa de 0,6% (seis décimos por cento) do valor empenhado em atraso, por dia de atraso.

15.5. Atraso na execução do contrato relativo os demais prazos estipulados ou descumprimento de obrigações neste instrumento. Pena: multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor empenhado, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos, ou 3% (três por cento) do valor empenhado, por ocorrência, por descumprimento.

15.6. Inexecução total do contrato pela não entrega de material, caracterizado pelo atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias corridos. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do material não entregue e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

15.7. Apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. Pena: impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento.

15.8. A não manutenção, no momento da emissão da Nota de Empenho, durante toda a execução do contrato ou no momento dos pagamentos, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS) e à Justiça do Trabalho, ou ainda com impedimento de contratar com a Administração Pública Federal. Pena: multa de 5% (cinco por cento) do valor dos bens que deveriam ser empenhados ou daqueles já empenhados, conforme o caso.

15.9. Descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento, inclusive de determinações do gestor do contrato. Pena: multa de 1% (um por cento) do valor da nota de empenho.

15.10. As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

15.11. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, podendo a Justiça Federal descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

15.12. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de

Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

15.13. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela CONTRATADA, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

15.14. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

15.15. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total.

15.16. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o compromissário ou contratado apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

16. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1. O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses.

16.2. Todavia, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, desde que robustamente comprovados por documentação idônea e suficiente, observadas as disposições contidas no art. 17 do Decreto n. 7.892/2013 e no art. 65 da Lei n. 8.666/93.

17. DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Considerando que se trata de fornecimento de objeto comum e de pequeno valor, NÃO será exigido a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei n. 8.666/93.

18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

18.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a execução do objeto será gerida, acompanhada e fiscalizada pelo supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO ou por outro servidor indicado pela contratante, devidamente designado por meio de Ordem de Serviço, permitida a assistência de terceiros.

18.2. O gestor do contrato registrará todas as ocorrências verificadas durante a execução do contrato, bem como a atuação da contratada em solucionar as pendências registradas, devendo apurar as circunstâncias em procedimento administrativo específico.

18.3. Caberá ao gestor do contrato, para fins de pagamento, atestar a conformidade dos bens recebidos com os requisitos do edital.

18.4. O acompanhamento e a fiscalização da contratante não isentam a contratada da responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações contratuais ou pelos danos causados diretamente à contratante ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do contrato.

19. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

19.1. Para efeito de cumprimento dos critérios de sustentabilidade exigidos no Decreto n. 7.746/2012 e Resolução CNJ n. 201/2015, a CONTRATADA deverá, além das exigências do item anterior, quando da

execução do objeto:

- a. Fornecer produtos de baixo impacto ambiental;
- b. Dar preferência para produtos com componentes recicláveis, constituídos no todo ou em parte por materiais confeccionados com insumos reciclados, atóxicos e biodegradáveis, assim como as embalagens em que os produtos são entregues, preferencialmente, que sejam confeccionadas em 100% com material reciclado, desde que não comprometa a integridade do produto;
- c. Atentar para não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- d. Usar produtos fabricados com madeira de origem legal, ou feitos com materiais reciclados;
- e. Observar que os produtos não devem conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) em concentração acima recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Européia Restriction of Certain Hazardous Substances – RoHS.

19.2. Para fins de comprovação, os materiais ofertados pelas licitantes deverão apresentar nos rótulos e/ou prospectos oficiais dos fabricantes/importadores as informações correspondentes ao atendimento aos critérios de sustentabilidade dos produtos e processos de fabricação, em atendimento as determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores competentes.

20. DO VALOR ESTIMATIVO

20.1. O valor estimado será estabelecido pela SELIT - Seção de Licitações e Contratos da SJRO, conforme valores apurados em cotações válidas.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO
HELITON ALVES DE AGUIAR **ROBERVAL SILVA PORTO**
Supervisor da Sevit Integrante Técnico

(Fim do documento)



Documento assinado eletronicamente por **Hiuna Raiane Ramos Rosa, Pregoeiro(a)**, em 26/06/2023, às 12:34 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **18278114** e o código CRC **FC10DCDF**.